

CRISE ESTRUTURAL E O “AJUSTE ESPAÇO-TEMPORAL”: Desdobramentos na (re) produção do espaço¹

CRISIS ESTRUTURAL Y “AJUSTE ESPACIO –TEMPORALES”: efectos en la (re) producción del espacio

Roberson da Rocha Buscioli²

Adáuto de Oliveira Souza³

RESUMO: Este artigo é fruto das discussões do primeiro capítulo da Dissertação de Mestrado em Geografia, defendida na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Tem como objetivo, compreender a relação entre Estado e Economia na (re)produção do espaço. De modo geral, buscamos esboçar nossa concepção acerca da categoria Estado, como, também, acerca do funcionamento do capitalismo, mais especificamente do sistema do capital e seu “caráter anárquico”, estruturalmente fragmentado, e como a partir de sua “crise estrutural” configura-se o ajustamento espaço/temporal. Particularmente, o que buscamos construir foi um aparato teórico que desse suporte para compreendermos a “crise estrutural” do sistema do capital, particularmente pós-1970, e de que forma Estado e Capital se inter-relacionam na definição do ajuste espaço-temporal.

PALAVRAS CHAVES: Estado; Capital; (re)produção do espaço; crise estrutural; ajustamento espaço/temporal.

RESUMEN: Este artículo es el resultado de los debates del primer capítulo de la tesis en Geografía, defendida en la Universidad Federal da Grande Dourados

¹ Este artigo baseia-se, em parte, na Dissertação de Mestrado: “O processo de crescimento econômico e (re)produção do espaço sul-mato-grossense: A atuação do Estado no ajuste espaço-temporal”. Defendida em setembro de 2010, na Universidade Federal da Grande Dourados(UFGD) / Faculdade de Ciências Humanas / Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Geografia. Sob a orientação do Professor Dr. Adáuto de Oliveira Souza. Com apoio financeiro da FUNDECT-MS.

² Profº da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, nos cursos de Economia e Ciências Sociais. buscioli@uol.com.br

³ Profº da Universidade Federal da Grande Dourados, na Graduação e Mestrado em Geografia. AdautoSouza@ufgd.edu.br

(UFGD). Busca comprender la relación entre el Estado y Economía en la (re) producción del espacio. En general, se esboza nuestra concepción de la categoría de Estado, como también sobre el funcionamiento del capitalismo, en particular el sistema del capital y su "carácter anárquico," fragmentado estructuralmente, ya partir de su "crisis estructural" se configura el ajustes espacio-temporales En particular, el objetivo era que un aparato teórico que apoyó a entender la "crisis estructural" del sistema capitalista, en particular después de 1970, y la forma en la capital del estado y se interrelacionan en la configuración del espacio-temporal

PALABRAS CLAVE: Estado, Capital, (re) producción del espacio; crisis estructural, ajustes espacio-temporales

INTRODUÇÃO

A constante atuação do Estado na economia, assim como as influências que exerce nas (re)produções do capital e do espaço, tem sido amplamente analisada, dada a sua importância. No que tange aos objetivos desse trabalho, a compreensão dessa relação é basilar. Uma vez que pretendemos compreender a (re)produção do espaço a partir dessa relação, faz-se importante esboçar em linhas gerais nossa concepção acerca da categoria Estado, assim como sobre o funcionamento do capitalismo. Igualmente, a compreensão do sistema capitalista, indubitavelmente, deve passar pela compreensão do sistema de reprodução do Capital. Dessa forma, o escopo desse exercício é apenas o enquadramento teórico dessa relação.

O que buscamos construir foi um aparato teórico capaz de dar suporte para compreendermos a "crise estrutural" do sistema do capital, particularmente pós-1970, e de que forma o Estado e Capital se inter-relacionam na definição do "ajuste

espaço-temporal”. Para tanto, partimos de discussões conceituais sobre o Estado, para então, definir-nos sua relação com o Capital.

Quanto ao Sistema do Capital, discorreremos sobre o seu caráter anárquico, e sua disposição para crises, neste sentido amplamente apoiados na tese defendida por Mézáros (2002), de que a crise do capitalismo assistida desde 1970 configura-se como uma “crise estrutural” do sistema do capital. Definidas essas considerações, buscamos compreender a atuação do Estado no ajustamento espaço-temporal, com o intuito de deslocar tais crises seja no espaço, seja no tempo, definindo a própria (re)produção do espaço.

Definimos, portanto, que “ajuste espacial” pode ser pensado como o ponto específico do espaço em que o capital e o trabalho se encontram para a produção com um determinado nível de tecnologia, e possibilidades de circulação dessa produção em tempo economicamente viável até completar o processo de realização do capital, quando a produção enfim, é consumida, adquirindo novamente o status de valor de uso. Dialeticamente esse movimento induz a uma nova configuração da relação capital e trabalho, que por fim demandará novo ajustamento do espaço, inferindo ao espaço a própria dinâmica de (re)produção do capital.

Trata-se de dois diferentes movimentos que se inter-relacionam, de um lado, o ajuste espacial, que no âmbito da circulação altera a relação tempo/espaço, por intermédio de investimentos de longo prazo em infra-estrutura, por outro lado, tais investimentos de longo prazo por sua vez, alteram de modo temporal as crises de superprodução do capital, deslocando as crises de superprodução no tempo.

Segundo a Teoria Keynesiana, as crises seriam decorrentes da falta de demanda efetiva. Ao produzir, as firmas remuneram as famílias e essas por sua vez

consomem, todavia, não na mesma proporção de sua renda, provocando o que se denominou de falta de demanda efetiva, levando a uma redução dos investimentos e conseqüentemente a uma crise de realização do capital. A partir desse entendimento, o Estado passou a atuar através de suas políticas, aumentando, quando necessário, a demanda efetiva.

Quanto aos mecanismos de atuação do Estado, apontamos as políticas fiscais e/ou monetárias destacamos portanto, o planejamento regional, uma vez que, como bem nos aponta Santos (1997, p. 20), “a economia se realiza no espaço”, de modo que a atuação do Estado na economia dependeria de uma ciência/técnica espacial que atenda as novas necessidades do capital.

Nas palavras de Harvey (2005, p. 145): “Do ponto de vista da circulação do capital, portanto, o espaço aparece, em primeiro lugar, como mera inconveniência, uma barreira a ser superada”. Contudo, com a superação desses obstáculos por intermédio da produção, do que Santos (1997) chamou de “sistemas de fixos e fluxos”, criam-se sempre oportunidades para novos investimentos ao capital ocioso. Daí, então, a importância do planejamento para a “organização” espacial e superação do espaço, mas principalmente pela criação das novas oportunidades para o capital ocioso pela falta de demanda efetiva.

CARACTERÍSTICAS DO ESTADO E SEUS LIMITES DIANTE DAS IMPOSIÇÕES DO CAPITAL

No moderno sistema social, nada se deixa escapar das ações do Estado e nem dos fenômenos estatais. Sá (1986) aponta que tal importância pode ser percebida em todos os aspectos da vida, sendo compreensível que seja assim.

Do ponto de vista da luta política, particularmente quanto à tomada do poder, as forças revolucionárias encontram no estudo dessa categoria as argumentações necessárias para a sua atuação. Por outro lado, as forças políticas que representam as classes dominantes não podem apresentar o verdadeiro papel e objetivos do Estado, restando, então, a formalização de uma representação que aparente legitimidade, e se possível também representatividade. Resultam que as formalizações teóricas sobre o Estado não podem escapar a esses objetivos.

Cabe ressaltar que, nos limites desse trabalho, não discutiremos as teorias *do e sobre* o Estado, todavia, julgamos importante esclarecer a nossa concepção acerca dessa categoria. Para tanto, apoiamos em Poulantzas (1990, p. 130), segundo o qual devemos compreender o Estado:

Como uma relação, mais exatamente como a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classes, tais como elas se expressam, de maneira específica, no seio do Estado.

Significa dizer que, em todas as suas intervenções, haverá uma tensão permanente entre os interesses do capital hegemônico e os interesses das frações secundárias do capital, entre as necessidades de integrações e as exigências contraditórias resultantes do caráter de classe da estrutura social, o que nos leva a descartar no mínimo duas concepções de Estado oponentes entre si.

A primeira, de Estado Sujeito, acima da sociedade, dotado de uma vontade racionalizante, mediadora da sociedade civil, como apresenta a teoria não marxista

do Estado, no interior da qual “o Estado é classicamente definido como a colectividade politicamente organizada estabelecida em certo território” (SÁ, 1986, p. 25), relacionando a idéia de Estado à existência de uma coletividade, o poder político e um território⁴. Tal concepção acaba escamoteando a existências de classes e camadas de classes assim como a relação do Estado com essas classes e camadas.

A segunda seria a concepção de Estado como Coisa-instrumento, manipulado por uma classe ou fração dessa classe no poder, caso em que este não passaria de mero instrumento de atuação destas, em que nenhuma autonomia é reconhecida ao Estado. Também descartada, pois conforme apontado por Poulantzas (1990), tal concepção só poderia nos levar a banalidades dogmáticas⁵.

Se pensarmos o Estado a partir dessa concepção instrumentalista, em que ele é posto como um mero instrumento para “governar”, sem autonomia, podendo servir para “instituir um outro modo de produção”, estaríamos tentando separar o que no moderno sistema social é por sua própria natureza inseparável: Capital e Estado. Pelo menos não enquanto persistir o campo histórico que os constituiu:

[...] o moderno sistema produtor de mercadorias, a forma da mercadoria totalizada, a transformação incessante do trabalho abstrato em dinheiro e, com isso, [...] a valorização ou economicização abstrata do mundo. (KURZ, 1998, p. 93)

Nessa mesma perspectiva, Kurz (1998, p. 102) argumenta que o moderno sistema social é composto por uma estrutura polar dualista, composta do pólo do

⁴ Território, nesta concepção, é comumente entendido como as fronteiras terrestres, fluviais, lacustres e marítimas, o espaço aéreo e as águas territoriais, o aproveitamento as riquezas da plataforma continental.

⁵ Tais como, “O Estado capitalista é um Estado da burguesia”.

Mercado e o do Estado,⁶ ou o da economia e o da política,⁷ compondo, dessa forma, dois pólos de um mesmo campo histórico da modernidade, que não podem existir somente para si, mas sempre pressupõe o pólo contrário.

Dessa forma, Kurz (1998) aponta que mesmo nas economias planificadas sempre houve a presença do mercado, como também nas economias de mercado sempre houve a presença do Estado. Aqui cabe ressaltar, que para o autor, existiria uma “lei da quota crescente do Estado”.⁸ Pode-se pensar então na inexistência de um “Estado mínimo”.

Estudando as propostas de reformas do Estado, inseridas no contexto do neoliberalismo, Oliveira (1998, p. 46) argumenta que não se desmonta o suporte do fundo público à acumulação do capital, pois “essa relação estrutural não pode ser desfeita à condição de completa anulação da possibilidade de reprodução ampliada do capital.”

Ainda sobre essa temática, Oliveira (1998, p. 56) argumenta que o Estado continua intervindo no processo econômico, produzindo mudanças espaciais, e evidenciando que:

Não há, portanto, um tamanho ótimo de Estado, nem máximo, nem mínimo. Essa discussão soaria bizantina se não fosse evidentemente ideológica, pois o que a famosa ampliação das funções do Estado revela “intervenção” na doutrinação liberal, subordinação ao capital na doutrinação marxista ortodoxa, é um extravasamento das esferas privadas, das relações privadas, para uma esfera pública não-burguesa que, por variadas razões, tomou frequentemente a forma estatal.

Lefebvre (1976, p. 3), por sua vez, enfatiza que:

⁶ Nesse mesmo sentido, o dinheiro e o poder, o Capitalismo e o Socialismo, o capital e o trabalho não são alternativas, mas sim pólos opostos do dual sistema produtor.

⁷ Para fins de padronização sempre nos referiremos aos dois pólos como Mercado e Estado.

⁸ Formulada por Adolph Wagner no final do século XIX, tal lei corresponde a observações empíricas e estatísticas realizada pelo autor em que se verifica um constante aumento dos gastos públicos.

O Estado intervém de maneiras múltiplas e cada vez mais específicas, eficazes e diferentes, nesses processos. Ele [seus homens] tenta, com ou sem planificação autoritária, regularizar as relações que resultam do caráter desigual do crescimento, das saturações e superposições e conflitos diversos que dele resultam.

Acerca dessa mesma problemática, Oliveira (1998, p. 20/21) argumenta que:

A formação do sistema capitalista é impensável sem a utilização dos recursos públicos, que em certos casos funcionaram quase como uma "acumulação primitiva" desde o casamento dos tesouros reais ou imperiais com banqueiros e mercadores na expansão colonial até a despossessão das terras dos índios para cedê-las às grandes ferrovias particulares nos Estados Unidos, [...]. Contra esse caráter pontual, que dependia ocasionalmente da força e da pressão de grupos específicos, o financiamento público contemporâneo tornou-se abrangente, estável e marcado por regras assentidas pelos principais grupos sociais e políticos.

Podemos, então, inferir com Mészáros (2002) que o Estado seria a materialidade de um sistema de garantia de reprodução do capital; sendo o Estado moderno inconcebível sem o capital, e o capital complementa-se pelo Estado. Por sua vez, o capitalismo seria uma das formas de realização do capital, uma variante histórica, arquitetada na atuação de três sujeitos – Capital, Trabalho e Estado; o capital, que tanto antecede quanto precede o capitalismo, tem seu sociometabolismo constituído nesse tripé.

Neste sistema, portanto, Capital e Trabalho, assim como Mercado e Estado devem ser compreendidos como pólos de um mesmo campo histórico da modernidade. Contudo, é importante ressaltar que mesmo se tratando de dois pólos de um mesmo campo histórico, não existe uma igualdade hierárquica entre esses pólos, pois dado as próprias características desse sistema o Mercado sempre se sobrepõe ao Estado, ainda que, historicamente, em algumas conjunturas, o Estado tenha representado ter se sobressaído ao mercado.

Em síntese, o Estado não pode ser uma entidade dotada de autonomia tendencialmente absoluta, como o querem os burocratas e as elites políticas, uma vez que aceitar tal proposição é anular os imperativos do Capital sobre o Estado, assim como, também, não pode ser o simples instrumento de uma classe no poder, pois dessa forma anularia os imperativos do Capital sobre o Trabalho, uma vez que essa concepção avança no sentido de que uma tomada do poder pela classe trabalhadora representaria o controle do Trabalho sobre o Capital.

Portanto, se assumimos que o Estado é a materialização de um sistema de reprodução do Capital, independente das formas que este pode assumir, sempre estará submetido aos imperativos do Capital. Nas palavras de Kurtz (1998, p. 98):

[...] a economia estatal de cunho soviético e o liberalismo econômico total [exemplificados nas doutrinas de Friedman e Hayek] constituem extremos de todo um espectro de ideologias, de políticas econômicas e de formas de reprodução político-econômicas, que dizem respeito todos igualmente ao mesmo sistema de referência, isto é, à forma de mercadoria total da sociedade.

Significa dizer que: se os diferentes modelos econômicos que podem surgir entre os opostos da economia estatal de cunho soviético (então socialismo real) até o do liberalismo total, não podem ultrapassar à forma da mercadoria total da sociedade, uma vez que, persistem na produção de riqueza ao invés de produção de valores de uso, logo, pertencem ao mesmo campo histórico da modernidade.

Nesse contexto, o nacional desenvolvimentismo defendido particularmente por Delfim Netto (1996), pode ser apontado como exemplificação das mutantes formas de relação Estado e Capital. Tal concepção aponta o planejamento como

uma possível “terceira via”, para alcançar o desenvolvimento econômico⁹, com a manutenção do que há de melhor na forma de realizar a satisfação das necessidades materiais do homem, minimizando o que há de negativo em cada uma das formas propostas até então (DELFIM NETTO, 1966).

Portanto, é indiscutivelmente necessário compreender a ordem da reprodução do capital. Pois, como aponta Mészáros (2002, p. 96):

[...] o capital não é simplesmente uma “entidade material” [também não é] um mecanismo racionalmente controlável, como os querem fazer crer os apologistas do supostamente neutro “mecanismo de mercado” - mas é, em última análise, uma forma incontrolável de controle sociometabólico [que] tudo o mais, inclusive seres humanos deve se ajustar, e assim provar sua “viabilidade produtiva”, ou perecer, caso não consiga se adaptar.

Supor um possível controle do capital seja pelos capitalistas, ou pelo Estado – seus homens - é simplesmente desconhecer a verdadeira relação entre controlador e controlado, uma vez que: “o capital é um modo de controle que se sobrepõe a tudo o mais, antes mesmo de ser controlado” (MÉSZÁROS, 2002, p. 98), pois sujeita aos mesmos imperativos todas as questões relativas à realização da vida, como, saúde, comércio, educação, agricultura, arte e indústria, tudo sem exceção deve ser viável do ponto de vista do sistema do capital, ou seja, deve submeter-se a sua mais profunda determinação: expansão movida pela acumulação, por meio da extração e acumulação de trabalho excedente.

Tal controle por parte do capital só foi possível a partir de uma radical separação entre “produção” e “controle” do processo de trabalho, e a atribuição desses para as diferentes classes de indivíduos. A separação entre esses dois

⁹ Para o autor, desenvolvimento econômico consiste num processo pelo qual a quantidade de bens e serviços, produzidos por uma coletividade na unidade de tempo, tende a crescer mais rapidamente do que ela própria aumenta.

processos - produção e controle – custou a completa subordinação da produção em termo de “valor de uso”, para a produção de “valor de troca”, ou seja, tudo passa a ter seu valor antes de qualquer coisa em termos de valor de troca. Nessas específicas condições, “[...] o capital só pode ser consumado e “realizado” [...] e, por meio de sua “realização”, simultaneamente também reproduzido numa forma estendida [...] se penetrar no domínio da circulação” (MÉSZÁROS, 2002, p. 102), quando, por fim, a produção nos termos de valor de troca retorna a seu estado de “valor de uso”.

Diante dessa configuração, o sistema do capital organiza sua forma de controle totalmente fragmentada, acarretando no aparecimento de “defeitos estruturais”, que paradoxalmente são insuperáveis do ponto de vista de reprodução do capital, uma vez que sem as devidas fragmentações não conseguiria subordinar o trabalho à sua lógica de expansão e acumulação.

A partir de Mézszáros (2002), os “defeitos estruturais” do sistema podem ser resumidamente assim apresentados:

O primeiro, e principal defeito estrutural a ser pensado, diz respeito à produção e seu controle, que nesse sistema estão totalmente isolados, e ainda mais, colocados de forma totalmente opostas. Ou seja, o trabalhador perde o controle de sua produção, enquanto posiciona-se opostamente a quem a controla, na incessante luta pelo excedente da produção.

O segundo defeito aparece na relação de produção e consumo, que por sua vez adquirem total independência e existência separada, possibilitando altos desníveis de consumo, extremamente manipulado e desperdiçador em poucos

locais, acompanhado da mais desumana negação das necessidades de milhões de pessoas.

E finalmente, o terceiro defeito estrutural surge por conta das contradições entre o processo de produção e circulação, uma vez que são altamente contraditórios, uma vez que para a realização da produção é necessário um espaço delimitado e totalmente protegido para o seu uso, enquanto a circulação não pressupõe o limite, e extrapola a todos, ou luta por extrapolá-los, sejam regionais ou nacionais. Neste sentido, a circulação apresenta-se como um empreendimento global, pois o capital precisa penetrar a circulação global.

Resultante das contradições existente entre produção e controle da produção, e todas as demais que surgem em função dessa primeira, o sistema do capital caracteriza-se como um sistema de crises. Isso porque, o capital só pode se realizar ao completar o circuito “produção, circulação e consumo”. Considerando que produção e consumo se dão em tempos e espaços completamente diferentes, não há garantias de que estes dois momentos, produção e consumo, se darão em valores iguais. Sendo, portanto, diante do estranho momento da circulação que as crises de realização do capital emergem, essas crises podem ocorrer ou pela oferta maior que a demanda efetiva, ou em função de uma oferta menor que a demanda.

É neste sentido que Harvey (2005, p. 44/45) sintetiza o pensamento de Marx a respeito da natureza e desdobramento das crises no modo capitalista de produção, afirmando que o progresso da acumulação depende basicamente da:

[...] existência de um excedente de mão-de-obra, isto é, um exército de reserva industrial, que pode alimentar a expansão da produção [...]. A existência no mercado de quantidades necessárias (ou oportunidades de obtenção) dos meios de produção – máquinas, matérias-primas, infraestrutura física e assim por diante -, que possibilitem a expansão da produção conforme o capital seja reinvestido [...] A existência de mercado

para absorver as quantidades crescentes de mercadorias produzidas [...]. Em cada um desses aspectos, o progresso da acumulação talvez encontre uma barreira que uma vez atingida, provavelmente precipitará uma crise de determinada natureza.

Todas essas condições são produzidas no modo capitalista de produção, o que nos leva a concluir que as crises são endêmicas ao processo.

Mészáros (2002, p. 696) aponta que este seria o que pode ser chamado de “capitalismo de crises”, pois o seu funcionamento ocorre a partir dessa contradição existente entre produção e consumo. Dessa forma, o capitalista individual não tem nenhuma garantia de que sua produção completará em tempo economicamente viável o circuito “produção, circulação e consumo”, passando de valor de troca para valor de uso.

Este é um fato aceito até mesmo entre os teóricos capitalistas, como nos aponta Keynes (1996, p. 43): “Os postulados da teoria clássica [que a economia tende ao equilíbrio] só se aplicam a um caso especial e não ao caso geral, pois a situação que ela supõe acha-se no limite das possíveis situações de equilíbrio¹⁰”.

A partir da aceitação desse fato, observa-se o surgimento do que pode ser chamado de “capitalismo organizado”, particularmente no pós-1929, dotado de mecanismos de “administração das crises”. Houve, portanto, uma mudança na estrutura desse funcionamento, as crises perdem o seu caráter periódico e passam a ser estendidas tanto em sentido temporal quanto espacial.

Diante das contradições oriundas desse sistema de controle socioeconômico essencialmente desfragmentado, somente no seio do Estado moderno é que o

¹⁰ Não discutiremos aqui os aspectos da Teoria Keynesiana que levam a concluir a incidência de crises cíclicas na economia, porém, convém observar que nesta linha de pensamento, o subconsumo deixa de ser apenas o reflexo da crise, e passa a ser tratado também como o motivo.

“capitalismo organizado” pôde encontrar uma medida corretiva. Sem ressalvas, ao que nos aponta Mészáros (2002, p. 107/121):

O Estado moderno constitui a única estrutura corretiva compatível com os parâmetros estruturais do capital como modo de controle [...]. Sua função é retificar a falta de unidade em todos os três aspectos [produção e controle, produção e consumo e, por fim, produção e circulação]. [...] [Isso] apenas quando a necessária ação corretiva se ajustar aos últimos limites sociometabólicos do capital [acumulação e expansão] [pois ele, o Estado] pertence à materialidade do sistema do capital, e corporifica a necessária dimensão coesiva de seu imperativo estrutural orientado para a expansão e para a extração de trabalho excedente.

Nesse contexto, as crises não podem ser superadas, uma vez que a ação do Estado não supera as contradições oriundas dos “defeitos estruturais” do sistema do capital.

Dessa maneira, a antiga “anormalidade” das crises – que antes se alternavam com períodos muito mais logos de crescimento ininterrupto e desenvolvimento produtivo – sob as condições atuais [no capitalismo organizado] pode, em doses diárias menores, se tornar à normalidade do capitalismo organizado. De fato, os picos das histórias e bem conhecidas crises periódicas podem ser – em princípio – substituído por um padrão linear. (MÉSZÁROS, 2002 p.697) (Grifos do autor)

Cabe-nos, portanto, ressaltar que não há até então nada de novo nessa associação entre capital e crises, uma vez que esse é o modo operante histórico do sistema, e é por meio de suas crises que o capital estende seu campo de dominação, ampliando, dessa forma, sua dominação através do deslocamento de suas contradições pelo tempo e pelo espaço.

Harvey (2005, p. 46/49) aponta importantes considerações sobre as manifestações de crises e a sua correlação com a (re)produção do espaço. Para o autor, as diferentes manifestações de crises do capitalismo: “desemprego e subemprego crônicos, o excedente de capital e a falta de oportunidade de investimento, as taxas decrescentes do lucro, a falta de demanda efetiva no

mercado [...] remontam a tendência básica a superacumulação [...]", exigindo, dessa forma, que o sistema crie novas condições de acumulação.

Na busca dessas novas condições de superação de crises, Harvey (2005, p. 153) argumenta que ocorrerá o "ajuste espacial".

De maneira que, como temos tentado mostrar, o Estado, por meio de suas políticas, adquire cada vez maior importância na definição dos ajustes que o espaço deve passar, para garantir as condições de acumulação do capital. Não que esse ajustamento não ocorreria fora das relações capitalistas de produção ou mesmo sem a presença do Estado, ele ocorreria sim, porque ele reflete o ajuste e/ou produção do espaço para um determinado modo de produção.

E é por isso que, sob o controle do Capital, no modo de produção capitalista, ele depende primordialmente do Estado, pois de que outra forma lhe seria conferido um aparato jurídico que sustentasse as relações de propriedade necessárias para perpetuação desse sistema. Além do que, o Estado dispõe cada vez mais de instrumentos para minimizar o tempo necessário para que ocorra o ajustamento do espaço. E, ainda mais, o Estado pode inibir, por intermédio de suas políticas, que esses desajustes cheguem a configurar-se em crises, como já se tem mostrado, até o limite em que sua atuação não esbarre na dinâmica do capital.

É neste sentido, que Hobsbawm (1998, p. 18/19) aponta que entre os anos que se estendem da II Guerra Mundial até meados dos anos de 1970 (1947 – 73) - Era de Ouro - a economia mundial experimentou um significativo período de crescimento ininterrupto, respaldados em duas bandeiras bem definidas. De um lado, a do capitalismo organizado – com seus aparatos de controle - e do outro, a do Socialismo Soviético. Contudo, a importância desse momento não está na existência

e concorrência de dois regimes, mas, sim, no que esse processo modernizador representou para a história da humanidade:

[...] a Era do Ouro criara uma economia mundial única, cada vez mais integrada e universal, operando em grande medida por sobre as fronteiras de Estado (“transnacionalmente”) e, portanto, cada vez mais por sobre as barreiras da ideologia de Estado. Em decorrência, as idéias consagradas das instituições de todos os regimes e sistemas ficaram solapadas (HOBSBAWM, 1998, p. 19).

Obviamente, trata-se aqui de um momento específico da economia mundial, sob o qual se usou todo o aparato de controle do capital, garantindo, assim - através da transferência das contradições oriundas do próprio sistema para as mais diversas áreas do mundo – o surgimento de fato de uma nova economia mundial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os anos que seguiram a Era do Ouro marcaram-se por um contínuo de crise. E cada vez mais o sistema tem encontrado dificuldades para deslocar suas contradições. De um lado, há quem aposte em tratar-se de uma crise cíclica do capitalismo. Como nos aponta Bresser-Perreira (1993, p. 06):

[...] a crise do capitalismo é uma crise cíclica. Além dos ciclos normais, o capitalismo está sujeito aos ciclos de Kondratieff ou ondas longas. Desde aproximadamente 1970 o capitalismo entrou na fase b, ou recessiva, de uma onda de Kondratieff. Como cada fase dura aproximadamente 25 anos, é de se esperar que ainda nesta década ocorra a reversão do ciclo.¹¹

A evidência de que a crise do sistema capitalista assistida desde a década de 1970 comporta-se dentro do movimento cíclico de uma onda de Kondratieff, é dada por uma análise de amostra do crescimento econômico mundial. Contudo, é

¹¹ Não se enquadra nos objetivos deste trabalho uma análise mais aprofundada dos ciclos Kondratieff. Para tal empreitada, consultar: BRESSER-PERREIRA, L. C. *Lucro, acumulação e Crise*. 1ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

importante ressaltar as características dessa crise, como, também, as condições em que ela se dá.

Como apontamos, a Era do Ouro consolidou uma economia mundial, sob o domínio de um capital mundial, podendo ainda ser acrescentado, sob as rédeas de um capitalismo monopolista cada vez mais financeirizado.

Nesse mesmo sentido, Chesnais (1996) argumenta - em seus termos - que a esfera financeira representa o posto avançado da “mundialização do capital”¹² nos anos de 1980. E é esse movimento que acentua os atritos entre as três principais dimensões do processo de realização do capital, pois, como nos expressa Chesnais (1996, p. 241): “A esfera financeira alimenta-se da riqueza criada pelo investimento e força de trabalho de múltiplos níveis de qualificação. Ela mesma não cria nada”. Portanto, a possibilidade de se acumular riqueza sem o pressuposto da produção, é ampliada, e se sobrepõe aos sentidos pragmáticos do sistema do capital, a produção de valores de troca, sob o pretexto de que na esfera da circulação retornariam ao estado de valores de uso.

Nessas condições, a crise que se estende desde então apresenta quatro principais aspectos apontados por Mészáros (2002, p. 796):

- (1) seu caráter é universal, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular da produção, aplicando-se a este ou aquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc.);
- (2) seu alcance é verdadeiramente global (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as demais crises no passado);
- (3) sua escala de tempo é extensa, contínua, se preferir, permanente, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital;
- (4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de

¹² A expressão “Mundialização do capital”: [...] traduz a capacidade estratégica de todo grande grupo Oligopolista, voltado para a produção manufatureira ou para as principais atividades de serviços, de adotar, por conta própria, um enfoque e condutas “globais”. O mesmo vale, na esfera financeira (CHESNAIS, 1996, p.17)

rastejante, desde que acrescentamos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na “administração da crise” e no “deslocamento” mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia. [Grifos do autor]

Trata-se, portanto, para o referido autor, de uma crise estrutural do sistema capitalista, uma vez que a capacidade de deslocar suas contradições encontra-se reduzida, ou quase anulada.

É importante ressaltar a capacidade que o capital tem em somar novos instrumentos para se defender porém, o fato de os instrumentos serem utilizados em uma ordem cada vez mais crescente, e sua eficácia se dar em uma ordem decrescente, apresenta umas das características da crise estrutural.

Nesta conjuntura, verifica-se um constante atrito entre as três principais dimensões do processo de realização do capital - produção, consumo e circulação/distribuição/realização, intensificado pela esfera financeira. Ao longo do tempo, essas três dimensões fortaleceram-se na medida em que, mesmo que em última instância, atendiam as necessidades humanas a partir da criação de riquezas.

Quando não mais é possível ao capital garantir essas condições, e o seu objetivo não pode ser outro senão a sua auto-reprodução o sistema entra em crise, uma vez que as crises não se limitam apenas ao círculo socioeconômico, extrapolam para os limites políticos.

No conjunto de suas ações, o Estado, através das políticas de planejamento é caracterizado pela constante promoção do “ajuste espaço-temporal” de acordo com as demandas do Capital. A técnica do planejamento assumiu funções importantes para o capital, ao determinar onde, quando, quanto e quais serão os investimentos

públicos aplicados na busca de uma racionalização das desigualdades inerentes do próprio processo de acumulação capitalista.

REFERÊNCIAS BIBLIORÁFICAS

BRESSER-PERREIRA, Luiz Carlos. “*Colapso da modernização*” ou crise cíclica?

In _____ Novos Estudos CEBRAP, nº36, p. 42-48, julho 1993.

Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/works/prefacesreviews/93.Kurz-ColapsodaModernizacao.pdf>> Acessado em novembro de 2008.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

DELFIN NETO, Antonio. *Planejamento para o Desenvolvimento econômico*. São Paulo: Edusp, 1966.

HARVEY, David. “*A geografia do poder de classes*” In: _____ *A produção capitalista do espaço*. Paulo: Anablume, 2005 p.

HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos: O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

KEYNES, John Maynard. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. Trad. Mario R. da Cruz. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

KURZ, Robert. *Os últimos combates*. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

LEFEBVRE, Henri. *Estado do crescimento e Crescimento do Estado* Trad. Andrade, M. M. In: _____ *De l'État, Tome I*. Paris: UGE, Col. 10-18, 1976, (mimeo), p. 1- 4.

MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital* Trad. Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo/Editora da Unicamp, 2002.

OLIVEIRA, Francisco. *Os direitos do antivalor*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998.

POULANTZAS Nicos. *Estado poder e socialismo*. São Paulo: Graal, 1990.

SÁ, Luís. *Introdução à teoria do Estado. A importância do Estado. Noção Preliminar*.

Lisboa: Caminho, (1986).

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica razão e emoção*. 2 ed. São Paulo:

Hucitec, 1997.